



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/08

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 12 DE JUNHO
DE 2008**

Aos doze dias do mês de Junho do ano de 2008, nesta Vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 20:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro.

Feita a chamada pela 1ª Secretária, registaram-se as seguintes presenças:

Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, Joaquim José Faria Pereira, Fernando Estêvão Nunes Borges Silva, Tiago Miguel Vacas Felgueira, Maria Manuel da Costa Maduro, Estêvão António das Neves Boieiro, Jorge Manuel Pereira Giro, Ana Maria Pagaimo Rodrigues, Maria de Fátima Rodrigues de Jesus, António Joaquim Gomes Almeirim, João Carlos Simões Marques, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, Cristina Maria Rodrigues Samouqueiro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Susana da Rosa Correia de Almeida e Cristóvão Domingos Fialho Rosado.

Faltaram a esta sessão:

- Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares que justificou a falta por escrito, o que foi aceite por unanimidade.
- Ana Paula Zeverino que justificou a sua falta por escrito e foi aceite, tendo sido substituída por Raúl dos Santos Duarte.
- Jorge Alexandre Cardoso, que justificou a sua falta por escrito e foi aceite, tendo sido substituído por Jorge Borges da Silva.
- Luís Guilherme Figueiredo Almas Rodrigues, que justificou a sua falta por escrito. O elemento indicado a seguir na lista, Ana Cristina Marques Pericão Moreira solicitou a suspensão do mandato.

Por parte do executivo camarário encontravam-se presentes o Presidente da Câmara e os vereadores António Luís Lucas Rodrigues, José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado e Rosália Maria Vila Cova Caetano Barbosa.

Faltaram os Vereadores José Dias Inocêncio que justificou por escrito que se encontrava ausente do concelho e Arnaldo Matias Sena Teixeira.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia informou da distribuição na sessão, da seguinte documentação:

- Informação sobre a actividade do Presidente da Assembleia (Doc 1)
- Informação escrita da correspondência recebida (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

ACTAS

Ao abrigo da alínea c) ponto 2 do artigo 18º do Regimento foi colocada à discussão a:

- Acta de 23 de Abril de 2008

Submetida à discussão, por Cristina Samouqueiro foi proposto que a seguir à sua primeira intervenção registada na acta, seja acrescentado “ e também aos novos projectos hoteleiros que irão surgir na Praia dos Moinhos”, tendo esta inclusão sido aprovada por unanimidade.

De seguida foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 2 abstenções (Jorge Borges e José Luís Catalão) porque não estiveram presentes na respectiva sessão.

Ao abrigo da alínea e) ponto 2 do artigo 18º do Regimento usaram da palavra os seguintes membros:

Fátima de Jesus:

Perguntou em que fase se encontra o projecto de obras da cantina escolar em S. Francisco, dado verificar-se alguma demora na sua conclusão. Alertou para as condições de acondicionamento e transporte das refeições que poderão eventualmente não ser as melhores.

Jorge Giro:

Questionou sobre qual a importância da legislação recentemente saída (ou a sair) que irá condicionar a construção, num raio de 25Km da do novo aeroporto.

Jorge Silva:

Felicitou a Câmara quanto à escolha para designação da 1ª Mostra de Estudos e Projectos e perguntou se não será só uma forma de aparência face àquilo que a Câmara gostaria de fazer.

Isabel Trindade:

Na qualidade de membro da CPCJ, referiu a sua grande preocupação face à falta de elementos na Comissão Restrita da mesma, o que poderá vir a criar sérias dificuldades à continuação do trabalho até aqui desenvolvido.

Dada a situação, perguntou se a Câmara tinha conhecimento da mesma.

Cristina Samouqueiro:

Colocou questões face à prestação de cuidados primários em Alcochete, mais concretamente no que respeita ao encerramento do SAP e pretendeu saber quantos utentes estão inscritos no Centro de Saúde e extensões e destes quantos não têm médico de família.

Relativamente à construção da extensão do Centro de Saúde de Alcochete no Samouco e seu posterior funcionamento, perguntou como tem estado a ser feita a articulação com a Sub-região de Setúbal.

Ao abrigo da alínea f) do artigo 15º do Regimento usaram da palavra:

- Raquel Prazeres:

Apresentou, em nome da bancada da CDU, uma proposta de Moção sobre “Reorganização dos Serviços do Centro de Saúde de Alcochete.

Submetida à discussão, usaram da palavra os seguintes membros:

Cristina Samouqueiro:

Informou que o teor desta moção reflecte as suas preocupações face à prestação de cuidados de saúde primários às populações. Chamou a atenção para o perigo que considera ser a privatização destes Serviços.

José Luís Catalão:

Solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto 5 da Moção.

Jorge Silva:

Informou que o PSD está contra o encerramento do SAP do Centro de Saúde de Alcochete e contra a política da Ministra da Saúde, no que se refere à reorganização dos serviços de saúde no país e mais concretamente no distrito de Setúbal. Na prática diz que se assiste a uma diminuição da qualidade dos serviços de saúde que são prestados.

Jorge Giro:

Citou o artigo 64º da Constituição da República Portuguesa, o qual refere a consagração do Serviço Nacional de Saúde. Face ao seu conteúdo entende que este artigo não está a ser completamente cumprido, porque cada vez se assiste mais a que só quem tem seguros de saúde dispõe de condições para receber bons cuidados de saúde.

Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia):

Respondeu à questão colocada por José Luís Catalão e informou ter ficado decidido solicitar por parte da Mesa da Assembleia Municipal uma reunião ao senhor Director do Centro de Saúde de Alcochete.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor (CDU, PS e PSD) e 1 abstenção de Ana Maria Pagaimo Rodrigues.

Jorge Silva (PSD) fez a seguinte declaração de voto:

Disse que o documento apresentado deveria ter sido fundamentado com elementos sobre o funcionamento dos Serviços, para evitar interpretações políticas e demagógicas.

- Paula Pereira:

Em nome da bancada da CDU, apresentou uma Saudação aos trabalhadores presentes na Manifestação realizada no dia 5 de Junho, em Lisboa.

Submetida à discussão, usou da palavra Cristina Samouqueiro a qual informou que esteve presente na referida manifestação e entende não valer a pena menorizar a participação dos trabalhadores na rua, os quais contestam (cada vez em maior número) o fardo herdado de sucessivos governos PS e PSD. Afirmou que o descontentamento existe e é muito grande, face à crise que se vive e se sente.

Submetida à votação, a saudação foi aprovada por maioria, com 1 voto contra (José Luís Catalão), 8 abstenções (PS e PSD) e 13 votos a favor (CDU).

Jorge Silva (PSD) fez a seguinte declaração de voto:

Afirmou que o PSD respeita todos os trabalhadores e as suas dificuldades, no entanto, dado o conteúdo do documento ser manifestamente político e ideológico, não o subscreve.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- Presidente da Câmara:

Sucintamente informou:

Relativamente ao encerramento do SAP em Alcochete informou que em reunião de Câmara foi aprovada por unanimidade uma Moção que reflete a tomada de posição de repúdio da Câmara face ao encerramento do SAP, sem que tivesse existido qualquer contacto prévio com a autarquia.

Considera que este encerramento faz parte de uma política global que viola o direito à saúde, direito este tendencialmente universal e gratuito. Diz ser um contra-senso a implantação destas medidas quando está previsto um desenvolvimento como nunca visto até hoje, para o distrito de Setúbal.

Informou que estas posições foram transmitidas ao Agrupamento dos Centros de Saúde assim como ao Presidente da Administração de Saúde de Setúbal e Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Em relação à construção da extensão do centro de Saúde de Alcochete no Samouco, informou de todos os contactos que se têm vindo a manter com a Sub-Região de Saúde de Setúbal e Administração de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, as quais têm tido por parte dos seus dirigentes, comportamentos menos simpáticos e politicamente direccionados.

Disse ainda estar marcada uma reunião com a senhora Ministra da Saúde no sentido de tentar sensibilizá-la para a necessidade de reavaliação das posições destas Administrações de Saúde que não vão ao encontro do interesse das populações que irão assistir a um desenvolvimento muito grande.

Pelos dados existentes, há 17 000 utentes, sendo que 4 000 não têm médico de família.

Esclareceu também que as medidas preventivas face à construção do novo aeroporto são um paradigma da actuação deste Governo e dos seus Secretários de Estado.

Após reunião, a Câmara soube da intenção de o Governo avançar para a elaboração de legislação no sentido de contemplar medidas preventivas na influência da construção do novo aeroporto.

A Câmara é favorável à existência de medidas preventivas porquanto nalguns casos são indispensáveis, mas não concorda com as mesmas quanto à sua natureza e extensão. As Câmaras quase não tiveram tempo para estudar a proposta para se pronunciarem e manifestaram publicamente o seu desacordo quanto à sua calendarização. Apesar destas acções, o Governo acabou por aprová-las, embora com reserva de redacção.

A terminar, informou que se congratulou com o trabalho de pesquisa em dicionário que Jorge Silva fez, para qualificar a palavra “Mostra”.

- Pelo Vereador *Paulo Machado*, resumidamente, foi esclarecido:

Sobre a situação que a CPCJ vive no momento. Informou que a Câmara tem conhecimento das suas dificuldades de funcionamento e explicou as várias “demarches” que têm vindo a ser desenvolvidas no sentido de ultrapassar as dificuldades existentes. Disse ainda que a Câmara já fez muito pela CPCJ e que compete ao Governo, bem como a outros Ministérios, reforçar e credibilizar esta Comissão.

A terminar, reiterou a intenção da Câmara em terminar o mais rapidamente possível as obras na cantina escolar de S. Francisco, estando já a ser desenvolvidas as condições concursais para a sua execução.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

De seguida, o Presidente da Assembleia propôs um intervalo de 10 minutos, o que foi aprovado por unanimidade.

Retomados os trabalhos, passou-se ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Dada a distribuição prévia do documento não se registou nenhuma intervenção

O documento fica anexo a esta acta como Doc 4.

PONTO 2 –REPARTIÇÃO DO FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (FEF) PARA O ANO DE 2009

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 1 voto contra (PSD), 8 abstenções (PS) e 13 votos a favor da CDU.

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a discussão em simultâneo dos pontos 3 e 4 o que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 3 .-1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) PONTO 4 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2008

Na discussão das propostas usaram da palavra:

Presidente da Câmara:

Esclareceu que a proposta para a Revisão do Orçamento diz respeito à integração do Saldo de Gerência e ao reforço das rubricas orçamentais referente a despesas obrigatórias, nomeadamente as de Pessoal.

Quanto às GOP, AMR e PPI, foram contempladas a abertura de outras rubricas tais como as candidaturas apresentadas e outras que tencionam apresentar e adequados os documentos provisionais à nova estrutura orgânica do Município.

Jorge Silva:

Atendendo a que uma revisão do Orçamento só acontece quando há algo de excepcional, perguntou se havia mais algum assunto para além da nova estrutura orgânica. Questionou sobre o momento de execução do ROSM, bem como da discussão em geral.

Presidente da Câmara:

Explicou que a integração do saldo de Gerência só se pode fazer através de Revisão, pelo que apenas por isso, já seria obrigatório fazer a Revisão.

Relativamente ao ROSM, disse que o mesmo foi amplamente discutido, quer pelos trabalhadores, quer pela Câmara e Assembleia Municipal, enunciando as várias etapas do processo.

Não deixou de lamentar que Jorge Silva não conseguisse fazer a leitura dos documentos apresentados.

Colocado à votação o ponto 3, foi a proposta aprovada por maioria, com 1 voto contra (PSD), 8 abstenções (PS) e 13 votos a favor da CDU.

Colocado à votação o ponto 4, foi a proposta aprovada por maioria, com 1 voto contra (PSD), 8 abstenções (PS) e 13 votos a favor da CDU.

Jorge Silva fez declaração de voto em nome do PSD.

PONTO 5 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE TOPONÍMIA

O Presidente da Assembleia propôs Olívia Maria Nobre Mateus da Silva em nome da CDU.

O PS propôs Tiago Miguel Vacas Felgueira.

Submetidas à votação por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- Olívia Silva- 13 votos
- Tiago Felgueira – 8 votos
- 1 voto em branco

Ficou desta forma eleita para a referida Comissão, Olívia Maria Nobre Mateus da Silva.

PONTO 6 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO (PDM)

O Presidente da Assembleia informou da anulação deste ponto, em virtude de já ter sido deliberado em anterior sessão.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Intervieram os seguintes membros:

Jorge Silva:

Comentou a intervenção do Presidente da Câmara, dizendo que a consulta ao dicionário é um bom método de trabalho.

Quanto ao Presidente da Câmara convidá-lo para ingressar no PCP, lamentou por sua vez, que o Presidente se tivesse mudado da juventude social democrata para o PCP.

Continua a entender que o planeamento e o desenvolvimento propalados pela Câmara são apenas aparência, dado que só concretizaram 40% das propostas apresentadas.

António Almeirim:

Mostrou-se muito preocupado com o atraso na construção da extensão do Centro de Saúde de Alcochete no Samouco, aproveitando para alertar os mais jovens para a grande importância que têm as questões da saúde.

Agradeceu, uma vez mais, o esforço financeiro que a Câmara fez ao contrair um empréstimo bancário para a referida construção, substituindo-se ao Governo; se não houvesse necessidade de a Câmara gastar dinheiro em obras que não são da sua competência, então sim, certamente haveria mais verbas para investimento.

Solicitou ao executivo que fosse elaborado e distribuído um comunicado à população do Samouco, no sentido de explicar o porquê dos atrasos que se verificam com o lançamento da obra.

Jorge Giro:

Em seu entender Jorge Silva deveria fazer prova do que afirmou quando disse que o Presidente da Câmara se tinha mudado da juventude social democrata para o PCP.

Acusou o governo PSD de ser o principal culpado relativamente à subida dos combustíveis, porque foi quem liberalizou os seus custos.

Presidente da Câmara:

Em relação às acusações políticas considera-as naturais dentro do debate que ocorre no órgão de debate por excelência.

Retorquindo à acusação de que já fora do PSD, afirmou ser falso e desafiou Jorge Silva a apresentar provas, sob pena de ter que optar por outros mecanismos que não gostaria.

Salientou que as injúrias demonstram o carácter das pessoas e reiterou mais uma vez que nunca pertenceu a nenhuma juventude partidária, tendo apenas aderido ao PCP já com idade adulta.

Jorge Silva:

Afirmou não ter dito que o Presidente da Câmara fosse do PSD com ficha assinada e que se o Presidente da Câmara afirma que nunca foi, ele acredita.

Olívia Silva:

Referiu que os deputados do PSD nesta Assembleia têm primado por uma postura que não reconhece no deputado Jorge Silva nesta sessão, pelo que recomendou que este revisse as posições que toma.

Cristina Samouqueiro:

Lamentou o tipo de diálogo que ocorreu nesta sessão, dado entender que o mesmo não abona a favor deste órgão nem da população que representam.

Presidente da Câmara:

Afirmou que ninguém tem mais ou menos valor pelo facto de pertencer a este ou aquele partido assim como a qualquer clube, porque não são critérios que definam os indivíduos.

Em resposta a Jorge Silva, disse que a insinuação que utilizou poderia causar dúvidas nos seus camaradas de partido e também na população e porque é falsa, considerou ser uma acusação grave. Contudo, aceitou a retratação pública feita na última intervenção de Jorge Silva.

ACTA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da acta em minuta, a qual após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 23:45 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O PRESIDENTE:

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO